



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**2ª VARA CÍVEL**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

**SENTENÇA**

Processo Digital nº: **1000876-59.2018.8.26.0566**  
 Classe - Assunto: **Execução de Título Extrajudicial - Compra e Venda**  
 Exequente: **Mrv, Engenharia e Participações S/A**  
 Executado: **Jean Romera Dias**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Marcelo Luiz Seixas Cabral**

Vistos.

**MRV ENGENHARIA E PARTICIPAÇÕES SA** intentou a presente execução de título extrajudicial em face de **JEAN ROMERA DIAS**, alegando ser credora da quantia de R\$13.254,19, por conta de contrato particular de compra e venda celebrado entre as partes em 05/05/2009 e renegociado em 17/02/2012. Informou que o requerido ficou inadimplente a partir de 10/06/2012.

Com a inicial vieram os documentos de fls. 05/45.

**É o relatório.**

**Fundamento e decido.**

Analizando os autos, verifico que o título que aparelha a execução não ostenta executividade, uma vez que se encontra prescrito.

O prazo prescricional para a hipótese de cobrança de dívidas liquidas constantes de instrumento particular é quinquenal, nos termos do art. 206, §5º, inciso I, do Código Civil.

Nesse sentido a jurisprudência do E. Tribunal de Justiça de São Paulo:

EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL – SENTENÇA QUE RECONHECEU A PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE E EXTINGUIU O FEITO COM JULGAMENTO DE MÉRITO – PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE – EXECUÇÃO FUNDADA EM INSTRUMENTO PARTICULAR DE CONFISSÃO DE DÍVIDA – OBSERVÂNCIA DO PRAZO QUINQUENAL PRECONIZADO PELO ART. 206, § 5º, INCISO I – LAPSO PRESCRICIONAL, TRANSCORRIDO – SENTENÇA MANTIDA – RECURSO NÃO PROVIDO. (TJSP APL 00570858920108260002. 22ª Câmara de Direito Privado. Publicação 15/10/2015. Julgamento 24 de Setembro de 2015. Relator Fernandes Lobo)

O inadimplemento se deu em 10/06/2012, conforme informes da própria



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**2ª VARA CÍVEL**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

requerente, sendo que, sem que tenha havido qualquer oposição até 01/02/2018, o prazo prescricional de 05 anos foi atingido.

Não obstante posições em contrário, entendo que o termo inicial para a contagem do prazo prescricional se dá com o inadimplemento, já que nesse momento surge a pretensão da parte autora. No entanto, no caso concreto, ainda que se considere o termo inicial para a contagem prescricional como sendo o vencimento contratual, conforme entendimento de parte da jurisprudência, a prescrição se deu da mesma forma, já que o vencimento contratual ocorreu em 10/11/2012 e a execução foi proposta apenas no ano de 2018.

Fato é que a autora se manteve inerte por mais de 05 anos, e deve arcar com as consequências de sua desídia.

Assim, é de rigor o reconhecimento da prescrição com fundamento no art. 487, inciso II, do NCPC, salientando-se que a prescrição é matéria que pode ser conhecida de ofício, conforme disposto no artigo 332, § 1º, do Novo Código de Processo Civil (Apelação Cível nº 990.10.036655-6, 20ª Câmara de Direito Privado do TJSP, Rel. Desembargador REBELLO PINHO).

Ante o exposto, reconheço a prescrição e **JULGO LIMINARMENTE IMPROCEDENTE** o pedido inicial, com exame do mérito, com fundamento no artigo 487, inciso II c.c. artigo 332 §1º, ambos dispositivos insertos no Novo Código de Processo Civil.

Cumpra, a serventia, o disposto no art. 241, do NCPC.

Com o trânsito em julgado, archive-se definitivamente.

P.I.

São Carlos, 21 de fevereiro de 2018.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**